



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Nova regra do CFM muda o uso de IA na prática médica

Médicos, clínicas e hospitais precisam se adequar

NOVO CENÁRIO REGULATÓRIO PARA A PRÁTICA MÉDICA

O Conselho Federal de Medicina publicou a **Resolução CFM nº 2.454/2026** que estabelece **normas para o desenvolvimento, governança e uso da inteligência artificial na medicina** no Brasil.

A resolução disciplina o uso de sistemas de IA em consultórios, clínicas e hospitais, determinando que essas tecnologias devem operar com transparência, segurança e supervisão humana permanente.

A norma também reforça um ponto central:

A inteligência artificial pode apoiar a prática médica, mas a responsabilidade pelas decisões clínicas continua sendo do médico.

Isso significa que o uso de ferramentas baseadas em IA passa a exigir cuidados adicionais do ponto de vista regulatório, institucional e jurídico.

O IMPACTO DIRETO PARA MÉDICOS E INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

A nova regulamentação afeta diretamente qualquer instituição ou profissional que utilize tecnologias baseadas em IA no ambiente médico.

Isso inclui, por exemplo:

- sistemas de apoio diagnóstico
- assistentes médicos baseados em IA
- softwares de análise de exames
- ferramentas de geração automática de relatórios
- plataformas digitais utilizadas na gestão clínica

A resolução determina que instituições médicas devem adotar processos formais de governança dessas tecnologias, incluindo mecanismos de supervisão, monitoramento e transparência no uso da inteligência artificial.

Na prática, isso cria novos riscos regulatórios para médicos, clínicas e hospitais que utilizam soluções tecnológicas sem uma estrutura adequada de governança.



Entre os principais riscos estão:

- responsabilização ética perante Conselhos de Medicina;
- questionamentos sobre decisões clínicas apoiadas por IA;
- riscos relacionados ao uso de dados sensíveis de pacientes;
- exposição institucional decorrente do uso inadequado de tecnologias.

GOVERNANÇA JURÍDICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SAÚDE

A incorporação da inteligência artificial na medicina exige que instituições de saúde adotem uma abordagem estruturada de governança tecnológica e jurídica.



Não se trata apenas de adotar novas ferramentas digitais, mas de **garantir que as tecnologias sejam usadas de forma:**



SEGURA



ÉTICA



TRANSPARENTE



JURIDICAMENTE
SUSTENTÁVEL

Esse é um dos principais desafios do setor de saúde no atual processo de transformação digital.

Desenvolvemos uma **solução especializada de Governança Jurídica para o uso de inteligência artificial na Medicina** voltada para:

- médicos
- consultórios
- clínicas
- hospitais

A abordagem integra a **experiência em Direito Médico e da Saúde com Direito Digital**, permitindo que médicos e instituições de saúde utilizem tecnologias de inteligência artificial com segurança regulatória e institucional.

Nosso objetivo é apoiar instituições na estruturação de um modelo adequado de governança para o uso dessas tecnologias, alinhado às novas exigências regulatórias da medicina.

BENEFÍCIOS PARA SUA INSTITUIÇÃO:

A IMPLEMENTAÇÃO DE GOVERNANÇA DE IA EM SAÚDE PERMITE:

- reduzir riscos regulatórios e jurídicos;
- garantir conformidade com as normas médicas recentes;
- proteger dados sensíveis de pacientes;
- aumentar segurança institucional na adoção de tecnologias;
- estruturar o uso responsável da inteligência artificial na prática médica;
- fortalecer a confiança institucional no uso de soluções digitais em saúde.

AGENDE UMA REUNIÃO

Solicite uma conversa direta com nossos especialistas pelos canais abaixo:



Cecília Freitas

Advogada especialista em Direito Contratual, Societário e Privacidade e Proteção de Dados



cecilia.freitas@emerenciano.com.br



Vania Rosa Moraes

Advogada especialista em Direito Médico e Saúde



vania.rosa@emerenciano.com.br

 **E-mail:** contato@emerenciano.com.br
 **WhatsApp:** +55 (11) 2123-4544
 **Telefone:** +55 (11) 2123-4500 ou (19) 2102-7600